



Cópia de parte da minuta da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Lamego, realizada no dia três de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

3.10. ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, RECEITA A COBRAR EM 2023

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, bem como na alínea c) do artigo 14º e no artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal: -----

1- O lançamento, em 2023, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gerado no Município de Lamego, para os sujeitos passivos comum volume de negócios superior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros); 2- Considerando que a Lei não prevê a isenção e a plataforma da Autoridade Tributária não admite taxa 0%, propõe-se a taxa de Derrama Reduzida máxima de 0,01% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei citada anteriormente. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

Está conforme com o original.

Lamego, 4 de outubro de 2022.

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal,

(Carlos Manuel de Almeida Loureiro)

Cópia de parte da minuta da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Lamego, realizada no dia treze de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores, Ângelo Manuel Mendes Moura, Catarina Gonçalves Ribeiro, António Manuel Marques Luís, José Correia da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha.

02-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA, RECEITA A COBRAR EM 2023

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 587/2022 do senhor Presidente da Câmara, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º1 do artigo 33º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, bem como na alínea c) do artigo 14º e no artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1- O lançamento, em 2023, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gerado no Município de Lamego, para os sujeitos passivos comum volume de negócios superior a 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros);
- 2- Considerando que a Lei não prevê a isenção e a plataforma da Autoridade Tributária não admite taxa 0%, propõe-se a taxa de Derrama Reduzida máxima de 0,01% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei citada anteriormente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Está conforme com o original.

Lamego, 13 de setembro de 2022.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação.

(em regime de substituição)



(Dra. Rosália Sofia Santos Vigia Polaco de Oliveira)



PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 587/ 2022

ASSUNTO: Fixação da taxa de Derrama para o exercício de 2022, receita a cobrar em 2023

NIPG: 15289/22

DATA: 2022/09/09

Considerando que,

- I. Nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, atualmente em vigor, constitui receita dos municípios o produto da cobrança de Derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo Regime;
- II. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Regime referido no número anterior, os Municípios podem deliberar lançar uma Derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;
- III. O produto da Derrama é uma importante fonte de financiamento das atividades do Município de Lamego;
- IV. Tendo em consideração o atual quadro legal existente, nomeadamente, o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aos Municípios é hoje permitido aprovar isenções de impostos em nome da tutela de interesses públicos relevantes, devidamente fundamentados;

V. Neste sentido, na alteração da Lei supramencionada, operada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, veio clarificar-se que os Municípios podem deliberar a criação de isenções ou taxas reduzidas de derrama tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Volume de negócios das empresas beneficiárias;
- b) Criação de emprego no Município.

Neste sentido, nos termos do n.º 9 do artigo 18.º do mesmo diploma legal, “A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à AT **até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competente do Estado**”.

Nestes termos tenho a honra de propor, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, bem como na alínea c) do artigo 14.º e no artigo 18.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual, que a Câmara Municipal de Lamego delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

1. O lançamento, em 2023, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gerado no Município de Lamego, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros;
2. Considerando que a Lei não prevê a isenção e a plataforma da AT não admite taxa 0% , propõe-se a taxa de Derrama Reduzida máxima de 0,01% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei citada anteriormente.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO



Francisco Manuel Lopes, Eng.